

ADVOGADO
ELEUDES GOMES DA COSTA – OAB/SP 165.301

**MERITÍSSIMO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE BASTOS –
ESTADO DE SÃO PAULO**

ADEMIR APARECIDO RIBEIRO DOCERIA - ME,
CNPJ(MF): 09.154.835/0001-70, constituída na forma de empresário individual,
situada na Rua Presidente Vargas, n. 632, na cidade de Bastos/SP, CEP 17.690-000,
neste ato representada por seu titular **ADEMIR APARECIDO RIBEIRO**, brasileiro,
casado, microempresário, RG 34.295.993-1-SSP/SP, CPF(MF): 287.633.998-65, com
endereço eletrônico (***erb.bastos@hotmail.com***) - **Whatsapp (14) 99663-8630**,
mediante o advogado, a final firmado, respeitosamente, vem, perante
Vossa Excelência, com fundamento no art. 47 e seguintes da Lei 11.101/05,
propor **PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, pelas razões a seguir expostas.

**01) - COMPETÊNCIA PARA O PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

1.1) - De acordo com texto normativo do art. 3º, da
Lei nº 11.101/05, é competente para a propositura do pedido de recuperação judicial,
o juízo do local do principal estabelecimento do empresário devedor.

1.2) - A expressão *principal estabelecimento* não
deve ser compreendida do ponto de vista econômico, ou seja, o estabelecimento que

mais proporciona lucros aos titulares, mas aquele que consta como o local de comando do empresário devedor, ou seja, o Juízo competente é aquele onde está a sede da administração da empresa, onde o devedor empresário promove a administração e gerencia o desenvolvimento de sua atividade econômica.

1.3) - Nesse contexto, segundo o texto normativo do Enunciado 466, da V Jornada de Direito Civil, *“para fins do Direito Falimentar, o local do principal estabelecimento é aquele de onde partem as decisões empresariais, e não necessariamente a sede indicada no registro público”*.

1.4) - Assim, a determinação do principal estabelecimento não leva em conta a dimensão física dos seus diversos estabelecimentos, ao passo que, é considerado o principal estabelecimento aquele em que se encontra a chefia da empresa, isto é, o lugar onde, efetivamente, atua o empresário no governo ou comando de seus negócios (REQUIÃO, 2009, p. 297).

1.5) - Diante disso, no âmbito do pedido desta recuperação judicial, o local onde são emanadas as decisões estratégicas, financeiras e operacionais para o desenvolvimento da atividade econômica está localizado na cidade de Bastos, e por consequência disso, o principal estabelecimento do requerente se confunde com a sua sede estatutária.

1.6) - De acordo com a divisão do Tribunal de Justiça de São Paulo para a definição da competência territorial, infere-se que na cidade de Bastos é uma Comarca, bem como, inexistente Vara Especializada em Recuperação Judicial e Falência.

1.7) Assim sendo, em decorrência do principal estabelecimento e a sede estatutária dos Autos estarem localizados na cidade de Bastos, concluir-se-á que, com a devida vênia, que o Juízo Cível desta Comarca de Bastos é competente para o processamento deste pedido de recuperação judicial.

02) – RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA DA REQUERENTE

CONSTITUIÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS – CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS BANCÁRIOS – INADIMPLÊNCIA NO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES.
--

2.1) - Em decorrência da escassez em empresas no ramo de comércio de produtos de padaria na cidade de Bastos, mediante a iniciativa da parte Autora, no ano de 01/10/2007, na condição de empresário individual, o requerente (Ademir Aparecido Ribeiro) constituiu a sua empresa, cuja atividade econômica está voltada para a industrialização e comercialização de produtos de padaria.

2.2) - Em virtude da atividade econômica constituída pelo requerente (Ademir Aparecido Ribeiro), *os seus produtos industrializados e comercializados, pela qualidade apresentada, se destacaram no mercado empresarial, bem como, no mercado de consumo, a marca 'Doceria Kiarte, consolidando-se ao longo os anos na cidade e região de Bastos.*

2.3) - Diante disso, o requerente (empresário individual), por se tratar de uma pequena empresa e não possuir recursos próprios, buscou expandir a sua empresa, bem como, capitalizá-la, então buscou a captação de recursos através do sistema financeiro, e, por consequência disso, vem

celebrando diversos contratos bancários com diversas instituições financeiras para a obtenção de capital de giro, investimentos, etc.. Contudo, na medida em que estava prestes a ser tornar inadimplente perante uma determinada instituição financeira, para cumprir suas obrigações, o requerente contraía novo empréstimo bancário ou com a própria instituição financeira credora no conhecido “mata-mata”, ou mesmo perante outra instituição, para adimplir a obrigação que estava em mora com a respectiva instituição outrora credora.

2.4) - O fato da requerente se ver obrigada a contrair um novo empréstimo para pagar quitar um outro antecedente, como referido anteriormente, só fez com que o valor das dívidas bancárias aumentassem de forma exponencial, posto que o custo do crédito para a requerente a cada nova operação realizada só se elevava, além de, na prática, com tais operações apenas postergava a dívida, sem amortização alguma do valor principal devido.

2.5) – Para manter-se adimplente no cumprimento de suas obrigações bancárias, houve a necessidade da requerente celebrar sucessivos contratos bancários de forma cíclica, e, por conseguinte, o capital obtido em um determinado negócio jurídico era utilizado para o afastamento da mora existente em outro contrato bancário no qual estava inadimplente.

2.6) – Diante de tal circunstância, infere-se que, o passivo da requerente é, significativamente, representado por dívidas decorrentes dos contratos bancários, celebrados para a capitalização de sua atividade econômica empresarial exercida que, conseqüentemente, ensejaram-lhe em uma crise financeira a ponto da requerente, neste momento, não apresentar condições financeiras de adimplir os contratos celebrados com as respectivas instituições financeiras, na forma e condições originariamente contratada, a curto e médio prazo.

2.7) – Importante deixar frisado que a requerente, **em decorrência de ter celebrado contratos de empréstimos com todos os bancos operantes nesta cidade, não dispõe mais de crédito algum perante respectivas instituições financeiras**; por conta disso, está impossibilitada de contrair novos empréstimos para liquidar os empréstimos antecedentes, na forma que vinha procedendo até então.

2.8) – Diante disso, conforme consta nos documentos contábeis e financeiros que instruem esta petição inicial, **na medida em que a parte Autora passou a experimentar as crises empresariais ensejadoras deste pedido de recuperação empresarial, notadamente, a crise financeira derivada dos negócios jurídicos bancários, ela teve aumento expressivo em suas despesas financeiras.**

2.9) – Isto é, **a parte Autora teve um aumento em 40% de suas despesas financeiras mensais e, conseqüentemente, houve a redução da sua margem de lucro de 21,9% para 3,2%**, de modo que, para o cumprimento de suas obrigações, o atual cenário econômico e financeiro torna-se insustentável para a manutenção da empresa exercida, sem o respaldo do sistema jurídico por meio do instituto da recuperação judicial, com a qual propiciará na preservação da empresa e de sua função social.

2.10) - Importante realçar que a requerente não dispõe de ATIVOS para fazer frente ao pagamento dos empréstimos bancários, destacando que dispõe apenas dos bens essenciais à sua atividade, sem valor econômico substancial, consistindo basicamente em equipamentos, com muito tempo de uso, para fabricação de pães, bolos e doces, etc.

2.11) - O faturamento atual da requerente, pelo que se observa, permite dar continuidade as suas atividades mas suportando apenas os custos operacionais da própria atividade, contudo, não dá liquidez para a requerente adimplir as suas obrigações financeiras de curto e médio prazo, sobretudo, das parcelas mensais dos contratos bancários nas mesmas condições originalmente contratadas perante as instituições financeiras credoras, sem prejuízo do pagamento das despesas operacionais da atividade, o que torna imperiosa a presente recuperação judicial, para equacionamento do passivo e readequação da estrutura do capital de giro, de modo a compatibilizar as dívidas à disponibilidade de caixa da requerente.

2.12) - A requerente, pelo que se pode constatar, não conseguirá dar continuidade as suas atividades, sem a necessária reestruturação de suas dívidas, sendo que a reestruturação, com a devida vênia, há de ser realizada no âmbito da presente recuperação judicial, a fim de proteger a continuidade das suas atividades durante a negociação com os credores, que objetivará a busca por uma solução coordenada e coletiva das suas dívidas, o que se mostra impossível fora do ambiente da recuperação judicial, ou, s.m.j., até mesmo poderia levar-se a um resultado pior para todos os credores se acaso seja fora do âmbito da recuperação judicial.

2.13) - É evidente que se tornaria inviável por parte da requerente a busca pela negociação com os credores sem a proteção judicial, tendo em vista que a incapacidade de adimplir a tempo e modo suas obrigações financeiras com seus credores, como já relatado anteriormente, deixaria a requerente totalmente vulnerável a eventuais execuções individuais dos seus credores, comprometendo assim, a continuidade das suas atividades e,

principalmente, seu fluxo de caixa, em caso de penhora de parte do seu faturamento, ante o fato da requerente não possuir ATIVO (patrimônio) disponível.

2.14) – É evidente se a requerente manter-se obrigada ao adimplemento dos contratos bancários na forma originalmente contratada, não apresentará condições de arcar com o pagamento das despesas operacionais da própria atividade, o que ocasionará a inviabilidade econômica da atividade, a ponto de ver-se obrigada a encerrar as suas operações, culminando inevitavelmente com a dispensa de 17 (dezessete) funcionários, o que, com a devida vênia, justifica o presente pedido de Recuperação Judicial, em razão do princípio da preservação da empresa, consagrado tanto na Constituição Federal quanto no art. 47 da LFR.

2.15) - Importante consignar que o inadimplemento de qualquer parcela dos contratos bancários celebrados pela requerente com as instituições financeiras, acarretará, inexoravelmente, na exigência total do contrato de uma só vez por parte delas, tendo em vista que em todos os contratos existe pactuada cláusula de vencimento antecipado, assim, a requerente está exposta a uma potencial exigência de um passivo na casa de aproximadamente R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), de uma só vez, em caso de inadimplência no pagamento de qualquer parcela dos contratos bancários celebrados, fato este que demonstra a necessidade imperiosa da presente recuperação judicial.

2.16) - Em resumo, conforme resta demonstrado com os documentos em anexo, a requerente não tem caixa suficiente para cumprir as suas obrigações a curto e médio prazo, experimentando, com isto, uma crise de liquidez, pois, embora as vendas sejam, relativamente, satisfatórias, por causa dos

contratos celebrados a serem adimplidos, tal fato tem prejudicado demasiadamente o capital de giro para continuidade das atividades da requerente.

2.17) - Diante de todo exposto, com a devida vênia, mostra-se imperiosa a presente recuperação judicial, para poder conferir a requerente um ambiente protegido, tornando possível a implementação coordenada de negociações com a coletividade dos credores, essencial para viabilizar seu soerguimento econômico-financeiro, e assim, manter os empregos, pagar todos os seus credores e manter hígida a função social da empresa.

03) - DA EXTENSA CRISE EMPRESARIAL

EXTENSA CRISE EMPRESARIAL – AGRAVAMENTO DA CRISE PELA PANDEMIA DA COVID 10 – REFLEXOS ECONÔMICOS DA COVID – 19 – PERDA DO PODER DE CONSUMO – REDUÇÃO NO FLUXO DE CAIXA.

3.1) - Em decorrência da existência de uma nova estrutura do coronavírus, em 31/12/2019, o governo da República da China fez o primeiro alerta global acerca do surgimento desta nova tipologia de vírus que passou a ser denominado de COVID-19, de modo que, **na medida em que houve a propagação do novo tipo de coronavírus pelo mundo, aos 11/02/2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou estado de pandemia.**

3.2) - Com isto, a maioria dos países, senão todos, está em estado de calamidade pública, pois o vírus se propaga com rapidez entre as pessoas, bem como, é público e notório os óbitos ensejados em pessoas de diversos países pelo COVID-19 e, por conseguinte, fazendo com que a sua população fique em isolamento social para diminuir a proliferação do novo coronavírus.

3.3) - Nesse contexto, “oficialmente”, o Brasil registra mais 51.406 mortes e mais 1.111.348 casos confirmados de coronavírus, de modo que, as instituições públicas e privadas do Brasil, temporariamente, suspenderam as suas atividades, ou então, quando possível, instituíram o trabalho remoto, sendo que, por exemplo, por meio do Provimento nº 2.545/20, o Tribunal de Justiça de São Paulo, com exceção dos processos que demandem medidas urgentes, suspendeu os prazos processuais.

3.4) - Apesar de todas as medidas para evitar a proliferação do vírus na sociedade, os reflexos econômicos do COVID-19 já podem ser experimentados por todos os membros da sociedade civil e exercentes de atividade econômica do Brasil, pois, houve a redução do poderio econômico e queda abrupta do faturamento e, conseqüentemente, deixando de obter renda para o cumprimento de suas obrigações.

3.5) - Desse modo, é fato notório que o COVID-19 está trazendo reflexos negativos econômicos para a economia brasileira, de tal maneira que, o governo já anunciou medidas extraordinárias para tentar conter os impactos na economia, mas, mesmo com tais incentivos, os agentes econômicos estão com o seu capital de giro prejudicado, ante à queda abrupta do faturamento.

3.6) - Com isto, semelhantemente aos demais agentes econômicos do país, o requerente empresário individual (Ademir Aparecido Ribeiro) experimenta um cenário em que o seu relógio financeiro gira a cada dia, ou seja, as suas obrigações sociais continuam, enquanto que, o seu relógio econômico, materializado pelo faturamento está reduzido e, conseqüentemente há descompasso entre os relógios financeiro e econômico de sua empresa, assim, **o resultado é o**

agravamento da crise empresarial já existente na empresa exercida por este agente econômico.

3.7) - Em outros termos, no contexto da celebração dos contratos bancários que, comumente eram renegociados, o requerente passou a experimentar os reflexos econômicos advindos da pandemia gerada pela COVID-19. Isto é, ao lado da crise financeira experimentada pela inadimplência em suas obrigações sociais, o requerente passa a experimentar uma intensa queda de faturamento em decorrência da perda do poder de consumo por parte de seus consumidores.

3.8) - Diante de tal quadro, ***a crise empresarial apresentada na atividade econômica do requerente é originária de uma crise financeira, decorrente das celebrações dos negócios jurídicos bancários e, ainda, a crise empresarial na atividade decorre dos reflexos econômicos gerados pela COVID-19.***

3.9) - Em vista disso, verifica-se um panorama recessivo da economia, a implementação de cortes nos gastos e investimentos governamentais, aumentos tarifários em serviços básicos nos mais diversos setores, e, por consequência, desses e outros tantos fatores econômicos, enseja-se no decréscimo da produção de bens e serviços pelos agentes econômicos.

3.10) - A crise da empresa é um capítulo da história de praticamente todos os empresários. A empresa, em seu conceito técnico de atividade econômica organizada para a distribuição e circulação de bens ou serviços, tem importante papel na economia e desenvolvimento de uma comunidade, município, estado, país ou mesmo para a economia global.

3.11) - Em virtude de o empresário ser um dos protagonistas para o crescimento e desenvolvimento do país no critério “capitalismo”, de tal modo que ele é gerador de empregos, bem como de responsabilidades sociais perante os empregados, fornecedores, órgãos públicos, consumidores e o meio ambiente, o ordenamento jurídico brasileiro, por meio da Lei 11.101/05, traz mecanismos para que o empresário supere a crise econômico-financeira de sua empresa, ou então seja decretada a sua falência.

3.12) - Nesse ínterim, em pauta na atualidade e de interesse da sociedade, sobretudo, diante do hodierno cenário brasileiro que enseja no aumento dos índices de pedidos de recuperação judicial e falência, não resta outra alternativa para o requerente, senão a propositura do pedido de recuperação judicial, para que à empresa seja propiciado instrumentos jurídicos e judiciais para afastar a crise empresarial experimentada.

3.13) - Portanto, mediante o instituto da recuperação da empresa em crise, ter-se-á um instrumento por meio do qual o empresário poderá superar a situação de crise no exercício da atividade econômica para a preservação de sua empresa, assegurando nessa ocasião, a realização da função social dessa atividade econômica.

04) - DA VIABILIDADE FINANCEIRA E OPERACIONAL E NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DAS ATIVIDADES DA REQUERENTE.

4.1) - A requerente, conforme se verifica com as demonstrações contábeis em anexo, mesmo nos meses mais críticos de pandemia emanadas das medidas de isolamento social, vem apresentando faturamento mensal capaz de suportar os seus custos operacionais, e com o deferimento da recuperação

judicial acrescido à retomada gradual da economia, s.m.j, que se iniciou, consequentemente com o aumento do consumo que estava represado em razão da grave crise sanitária que assola o país e o mundo, conforme vem sendo amplamente divulgado nos meios de comunicação de grande massa e também divulgado por profissionais de economia, tanto por parte do governo federal quanto da iniciativa privada, conseguirá superar a crise pela qual está vivenciado.

4.2) - É nesse contexto que, com a devida vênia, se mostra primordial a preservação das atividades da requerente, com o deferimento da recuperação judicial, destacando que em torno da requerente congregam múltiplos interesses de funcionários, fornecedores, clientes, parceiros comerciais, etc., sendo assim, a reestruturação da requerente, mostra-se, totalmente viável e de acordo com o princípio da preservação da empresa consagrado no art. 47, da LFR.

05) - DOCUMENTOS QUE INSTRUEM O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

5.1) - Diante da propositura do pedido de recuperação judicial, a petição inicial deverá estar instruída com determinados documentos, sob pena de emenda à petição inicial, e por consequência disso, o Autor cumpre a referida exigência legal, ao passo que, nessa petição inicial, são juntados os documentos abaixo descritos:

5.2) - **Demonstrações contábeis relativas aos 03 últimos exercícios sociais**, confeccionadas com observância da legislação societária e composta, obrigatoriamente, de (i) balanço patrimonial; (ii) demonstração de resultados acumulados; (iii) demonstração do resultado desde o último exercício social e; (iv) relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção (Art. 51, II, da lei 11.101/05).

5.3) - **Relação nominal completa dos credores**, com a indicação do endereço de cada um, a natureza, a classificação e o valor atualizado do crédito, discriminando sua origem, o regime dos respectivos vencimentos (Art. 51, III, da lei 11.101/05).

5.4) - **Relação integral dos empregados**, na qual estão as respectivas funções, salários e outras parcelas a que têm direito, com o correspondente mês de competência, e a discriminação dos valores pendentes de pagamento (Art. 51, IV, da lei 11.101/05).

5.5) - **Certidão de regularidade da condição de empresário** na JUCESP (Art. 51, V, da lei 11.101/05).

5.6) - Declaração de Imposto de Renda contendo a **Relação dos bens particulares** do empresário individual (Art. 51, VI, da lei 11.101/05).

5.7) - **Extratos atualizados das contas bancárias**, de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade, inclusive em fundos de investimento ou em bolsas de valores, emitidos pelas respectivas instituições financeiras (Art. 51, VII, da lei 11.101/05).

5.8) - **Certidão de Cartórios de Protesto** nos cartórios situados na sede do empresário individual (Art. 51, VIII, da lei 11.101/05).

5.9) - **Certidão relativa a todas as ações judiciais em que figure o Autor na condição de parte processual** (Art. 51, IX, da lei 11.101/05).

5.10) - **Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial**, na quais demonstram-se a inexistência de decretação de falência, bem como, a obtenção de recuperação judicial ao longo do exercício da atividade econômica.

5.11) - Com efeito, nos termos do enunciado normativo da Súmula 56, do Tribunal de Justiça de São Paulo, na hipótese de a petição inicial não estar instruída com os documentos exigidos para o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial, ao determinar a complementação da inicial, o Juízo Recuperacional deverá individualizar os elementos faltantes.

5.12) - Diante da juntada de todos os documentos exigidos pela lei 11.101/05, bem como, da existência dos pressupostos processuais para o pedido de recuperação judicial, ter-se-á como consequência, o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial apresentado.

06) - PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA.

6.1) - De acordo com a declaração de imposto de renda referente ao exercício social de 2019, e declarado em 2020, bem como, demonstrações contábeis relativas aos 03 últimos exercícios sociais, o empresário individual Ademir Aparecido é industrializador e comerciante de produtos de padaria e confeitaria, de modo que, ante às crises econômica e financeiras experimentada, não lhe permite pagar as custas e despesas processuais, sem prejuízo da manutenção de

sua empresa, bem como de seu próprio sustento, enquanto membro da sociedade civil.

6.2)- Ademais, em decorrência do COVID-19, houve uma redução da comercialização de seus produtos e, por conseguinte, prejudicando o seu faturamento mensal, de maneira que, ante tal questão de saúde pública de âmbito mundial, **é fato notório que ele está sendo prejudicado com os reflexos econômicos da pandemia, perdendo a sua capacidade financeiras de custear as despesas processuais, sem prejudicar o seu próprio o desenvolvimento de sua empresa e o seu sustento e de sua família.**

6.3) - Com isto, nos termos do art. 2º, 4º e 6º da Lei nº 1.060/1950, necessário o deferimento do benefício da justiça gratuita, pois, o empresário individual possui enquanto fonte de rendimentos única e exclusivamente o seu trabalho, e a falta de condições econômico-financeiras de arcar com despesas processuais sem que, indignamente, prejudique a liquidez de sua empresa e o sustento próprio e de sua família, prejudica o seu acesso ao Judiciário.

6.4) - Em vista disso, embora aparenta ser de pequena monta a presente ação, imprescindível, para o seu acesso ao judiciário do Autor para que ele possa fazer jus ao bem da vida lhe é seu por direito, o deferimento do pedido de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50, principalmente, pela sua única fonte de renda.

6.5) - Contudo, na hipótese de dúvida sobre a condição econômico-financeira da Autora, a fim de possibilitar o acesso à Justiça, e por sua vez, o acesso à ordem jurídica, são as lições de Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery:

Havendo dúvida fundada quanto à veracidade da alegação, pode ser exigida do interessado prova da condição por ele declarada. Persistindo dúvida quanto à condição de necessitado do interessado, deve decidir-se a seu favor, em homenagem aos princípios constitucionais do acesso à Justiça - CF 5º XXXV - e da assistência jurídica integral - CF 5º LXXIV. (Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante, 7ª Edição, 2003, Editora RT, p. 1.459).

6.6) - Portanto, requer a concessão da assistência judiciária gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/1950, haja vista que, Ademir Aparecido não tem condições econômico-financeiras de arcar com despesas processuais sem que, indignamente, prejudique o exercício de sua atividade empresarial e, conseqüentemente, ante à ausência de liquidez, o sustento próprio e de seu núcleo familiar.

07) - PEDIDOS

7.1) - **POSTO ISTO**, e tudo mais o que consta nos documentos em anexo, vem, perante Vossa Excelência, para requerer:

7.1.1) - Seja concedida a **JUSTIÇA GRATUITA**, nos termos do art. 4º, parágrafo único, da Lei 1060/50 e do art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, no afã de propiciar o acesso ao Judiciário, bem como, o acesso à Justiça à parte Autora;

7.1.2) - Diante do preenchimento dos requisitos legais, nos termos do art. 52 e seguintes da lei 11.101/05, seja deferido o processamento do pedido de recuperação judicial do requerente (**ADEMIR**

APARECIDO RIBEIRO DOCERIA – ME), determinando-se a anotação do pedido de recuperação judicial pela Junta Comercial do Estado de São Paulo;

7.1.3) - Seja nomeado o administrador judicial, que deverá ser intimado para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, assinar o termo de compromisso;

7.1.4) - Seja determinada, nos termos do art. 52, II, da lei 11.101/05, a dispensa da apresentação de certidões negativas para o requerente exercer sua atividade empresarial;

7.1.5) - Seja determinada, nos termos do art. 52, III, da lei 11.101/05, a suspensão de todas as ações ou execuções contra o Requerente que eventualmente possam ser propostas, bem como, seja reconhecida a impossibilidade de venda ou retirada de seu estabelecimento empresarial de bens essenciais ao exercício da atividade empresarial;

7.1.6) - Seja determinada, nos termos do art. 52, VI, da lei 11.101/05, a apresentação de contas demonstrativas mensais pelo Requerente durante a tramitação deste pedido de recuperação judicial, até o último dia de cada mês, referente ao mês anterior, diretamente ao Administrador Judicial;

7.1.7) - Seja intimado, nos termos do art. 52, V, da lei 11.101/05, o representante do Ministério Público e haja a comunicação das Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal da sede de seu estabelecimento empresarial;

7.1.8) - Seja determinada, nos termos do art. 52, § 1º, da lei 11.101/05, a publicação de edital para publicação no órgão oficial e autorizada a sua publicação resumida em jornal de grande circulação da cidade de Bastos;

7.1.9) - Seja determinado, nos termos do art. 60, da lei 11.101/05, a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 (sessenta) dias corridos;

7.1.10) – Dá à causa o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil de reais), para efeitos fiscais e de alçada.

Nestes termos,
pede deferimento.

Bastos/SP, 14 de agosto de 2020.

Eleudes Gomes da Costa, adv.
OAB/SP 165.301